

O PAÍS NAO PODE CONTINUAR AMARRADO PELA ESPECULAÇÃO E PELOS PREÇOS ADMINISTRADOS

O ESTADO DE S. PAULO

ROLF KUNTZ

**O** Brasil é hoje refém do mercado financeiro e de algumas empresas com enorme poder de fixação de preços – a Petrobrás e as concessionárias de serviços de utilidade pública. Não há nada de errado com a maior parte do setor produtivo, nem com o conjunto dos preços livres. A indústria opera com 20% ou mais de capacidade ociosa, os salários estão baixos e a produtividade aumentou nos últimos anos. O câmbio continua favorável à produção nacional, a safra é boa e não há, na maior parte dos mercados, pressões por aumentos de preços. A economia, no entanto, continua travada, com investimento retraído e consumo baixo, consequência natural do desemprego e do empobrecimento. Não há chance aparente de uma retomada a curto prazo, a menos que o Banco Central dê sinais de alguma ousadia. Mas há algum motivo para apostar nisso?

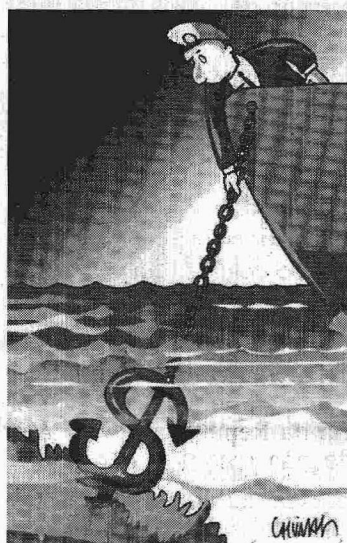
Os otimistas podem achar que sim, com base na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem. Segundo essa ata, poderá haver um corte de juros, em breve, se for confirmada “a trajetória de queda da inflação”. Como os últimos dados parecem confirmar essa trajetória, a aposta pode justificar-se. Mas pode-se interpretar o documento também de outra forma. Na última reunião do Copom, nos dias 21 e 22, havia numerosos sinais propícios à redução de juros. Três dos oito membros do comitê votaram a favor do corte, mas a maioria preferiu manter a taxa de 18,5%, argumentando que o “ba-

lanço dos riscos” tornava recomendável a prudência. Bases desse argumento: o risco Brasil havia aumentado, o dólar havia subido e as projeções de inflação estavam perto do teto admitido para este ano.

Risco Brasil e depreciação cambial, como ficou bem claro nos últimos dias, não foram, essencialmente, mais que uma reação especulativa às perdas de algumas instituições. Não houve, entre os bancos, consenso a respeito das condições e das perspectivas do País. Além disso, pessoas maiores de idade sabem muito bem que o menos importante, num ambiente especulativo, é a justificativa. O especulador especula porque tem oportunidade. A explicação é para ocupar espaço em jornais e tempo no rádio e na tevê. Fundamentos não mudam de um dia para outro e há pouca novidade importante nas notícias do dia-a-dia. No entanto, os mercados oscilam, no Brasil e no exterior, como se a cada 24 ou 48 horas houvesse revela-

ções extraordinárias. É necessária uma enorme boa vontade para levar a sério essa patacoada.

O outro grande fator apontado na ata – a inflação projetada de inflação – é o reflexo de uma enorme distorção. Por causa de uma política mal feita de privatização, concessionárias de serviços têm um enorme poder de elevação de preços e tarifas. Nenhum outro setor pode aumentar preços tão facilmente, porque as condições de mercado não permitem. As concessionárias, no entanto, especialmente as do setor elétrico, pouco dependem da demanda. Pior que isso: algumas têm garantia de rentabilidade. Por isso, os brasileiros



pagam mais quando consomem menos e mais quando consomem mais, sem que nada assegure a oferta necessária de energia elétrica. E a cada dia se descobre mais um nó dessa política, sem que o governo faça um esforço visível para consertar a situação.

Quanto à Petrobrás, continua desfrutando, confortavelmente, das vantagens do monopólio, sem as obrigações de uma empresa estatal. Consequência: já está anunciado um novo aumento de preço do gás de cozinha, que vai pesar, naturalmente, nos indicadores de inflação. E a empresa ainda informa, como se estivesse fazendo um grande favor, que nenhum outro aumento de combustíveis ocorreu depois do prazo fixado de 15 dias. Grande vantagem. Que produtor de batatas, meias, bicicletas ou autopeças pode mudar seus preços a cada quinzena? Nem o setor automobilístico, um dos mais concentrados, tem essa liberdade. Se tivesse, não teria havido, no último ano, tantas liquidações de automóveis em fins de semana.

Os indicadores de inflação observados pelo Copom ficam na dependência, portanto, das oscila-

ções cambiais de cada mês – e o dólar, hoje, é mais barato que no trimestre final do ano passado –, de alguns contratos mal feitos e das conveniências da Petrobrás. O resultado é trágico. Pode-se discutir se o desemprego é medido com maior precisão pelo Dieese ou pelo IBGE. Mas ninguém, nem do IBGE nem do Dieese, negará que o desemprego tenha aumentado e que número de pessoas desocupadas seja obscuro.

Manter esse quadro é prolongar um enorme desperdício de recursos e de oportunidades. Mais que isso: é uma crueldade inteiramente desnecessária, que sacrifica as famílias, debilita as empresas e prejudica também as contas públicas, incluídas, naturalmente, as da Previdência.

Uma política de bola para a frente poderia proporcionar, ao mesmo tempo, um crescimento menos medíocre e fundamentos fiscais mais sólidos. Não haveria, necessariamente, um desastre na balança comercial. Parte da redução de importações, neste ano, é explicável pela substituição ocorrida a partir de 1999. Depois, o câmbio continua favorável, a relação entre dólar e euro é mais propícia e há sinais de retomada na Europa. Um pouco mais de atenção às exportações poderia produzir efeito a curto prazo – se o governo agisse com determinação e competência. Quanto à especulação financeira, não será atenuada pela política passiva do Copom. Ao contrário: não é absurdo imaginar que uma política mais ativa, fortalecendo a posição fiscal, possa até contribuir para a redução do risco Brasil. Excesso de otimismo? Talvez. Mas o risco de um jogo mais aberto parece menor, nesta altura, do que o perigo conhecido de continuar na retranca.